

PREVISÃO NAS CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS

ADRIANO MOREIRA

Saber —saber cientificamente— é ser capaz de prever. Insistindo sobre a necessidade de previsão nas ciências políticas e sociais, mostra o autor quanto isso é difícil. E cita o que chama “o Complexo de Savonarola”, o frade que, no século XV, pagou com a liberdade o que vaticinou em LOURENÇO, o Magnífico. Se é difícil, se às vezes é perigoso prever, é contudo impossível deixar de recorrer à previsão. Hoje, a “futuurologia” constitui assunto de que se trata em cursos e conferências. Para conhecer o incerto vir-a-ser, no entanto, é indispensável o recurso a toda uma gama de técnicas que estudem o urbanismo e as economias da subsistência; as migrações e os fatores etnológicos; as fontes de energia e a ciência da nutrição. Tantos e tão importantes estudos exigem um cuidado especial dos governos; e o modo melhor de obter essa atenção governamental estaria na criação de um Ministério que cuidasse especificamente da ciência e da técnica. Daí porque ao trabalho que ora se divulga —aula inaugural dos cursos da Universidade Técnica, em Lisboa— deu o autor, figura eminente da intelectualidade lusitana, o título de “Para um Ministério da Ciência”.

NO DIA 6 de novembro de 1494, depois de pregar um dos seus sermões apocalípticos, e a pé como convinha aos seus princípios, saiu de Florença o frade JERÔNIMO SAVONAROLA, ao encontro de CARLOS VIII, de França, em bus-

ca de uma solução para os males que, em seu parecer, afligiam o seu povo. Sem disso se aperceber, dava o primeiro passo no caminho do suplício, ao longo dessa vereda perigosa que mergulhara no labirinto da vida política ativa da época, e transformava-se no símbolo perene das oposições aos governos. Vaticinara, com larga antecedência, grandes dificuldades e tormentos: a morte de LOURENÇO-o-Magnífico, a morte do papa INOCÊNCIO, a reforma da Igreja e o aparecimento de um nôvo CIRO. No sermão do dia 6, dizia: "Lembrai-vos de Nínive, a qual, embora lhe tenha sido anunciada por Deus a sua destruição, sem embargo foi libertada pela penitência que fizeram o seu rei e todo o povo. Já o repeti várias vêzes: faze penitência porque não tens outro remédio. Insisto, repito de nôvo e estou disposto a repeti-lo sempre, êste é o único remédio, e não há outro que te possa salvar". *Agite poenitentiam*. Êste pendor, que o levava a preocupar-se com o futuro, não era muito do agrado dos poderes constituídos, e LOURENÇO DE MÉDICIS, que parece não se ter inquietado demasiado com a ação do frade, todavia não deixou de o advertir. Conta de fato GUICCIARDINI como, no tempo de LOURENÇO, SAVONAROLA começou a pregar, acrescentando o seguinte: "não agradava muito a LOURENÇO esta pregação, e, sem embargo, em parte porque não o afetava no essencial, em parte porque tinha recebido ataques populares noutra ocasião, ao expulsar de Florença o frade BERNARDINO DE FELTRE, homem respeitado como santíssimo, e talvez ainda porque tinha certo respeito a FREI JERÔNIMO, pois entendia que êle era de boa vida, não lhe proibiu pregar, ainda que eventualmente o advertisse, por intermédio de MESSER AGNOLO NICCOLINI, por PIERFILIPPO e outros, que falasse pouco de *futuribus*. E tendo já FREI JERÔNIMO adquirido no povo crédito de doutrina e santidade, morreu LOURENÇO".¹

Passava-se isto no ponto crítico da história política que tem sua expressão mais ignificativa com a viagem do GAMA e com a primeira viagem ao redor da Terra; esta-

¹ In LUÍS MARIA DE LOJENDIO, *Savonarola*, Madri, 1960, páginas 76 e segs.

va-se em vésperas da famosa questão dos futuríveis, da ciência média, do molinismo; e, também, em vésperas do aparecimento da nova ciência de MAQUIAVEL. Ora êste, no capítulo LVI do livro primeiro dos *Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio*, cuidando da possibilidade de prognosticar o futuro dos agregados políticos, exemplificando os tipos de sintomas e de homens que os interpretam, refere como exemplo uma das chamadas profecias do frade. Diz o seguinte: "e para não afastar-me da nossa própria experiência ao provar isto, todos sabem como por FREI JERÔNIMO SAVONAROLA foi anunciada com antecedência a vinda à Itália do rei CARLOS VIII de França". A sua nova maneira maquiavélica de encarar os fenômenos relacionados com o poder político logo o encaminhou no sentido de examinar as profecias do frade num plano estritamente humano.

Uma coisa era o tom que o frade adotava e a inspiração que invocava, outra coisa era o prognóstico em si mesmo e a sua relação com os fatos contemporâneos e sabidos. Por exemplo: em 13 de janeiro de 1495, SAVONAROLA, recordando prognósticos anteriores que os fatos haviam confirmado, dissera profeticamente: "E estas luzes não me foram concedidas por minha causa, nem por mérito próprio, mas sim por ti. Florença, e por isso esta manhã te digo estas coisas claramente, inspiradas por Deus para que eu te as diga a fim de que estejas inteirada de tudo; de maneira que não tenhas já desculpa alguma quando venha o castigo e não possas dizer; eu não o sabia".²

MAQUIAVEL, o frio analista da fenomenologia do poder, distinguindo a forma da substância, dizia anos depois, em 1497, numa carta particular: "E così secondo el mio iudizio, viene secondando è tempi, e le sua bugia colorendo".³ De qualquer modo, êste observar dos fatos que não permite ao poder alegar ignorância no futuro — "accio che tu non abbi poi escusazione alcuna quando verra il fragello e non posso dire: io non lo sapevo" — parece ter criado às ciências sociais uma dificuldade que poderemos designar por

² *Prediche Italiane*. II — Predica Terza.

³ *Lettere familiari*. I — In *Tutte le opere*. Firenze, 1929, pág. 877.

“complexo de SAVONAROLA” e se traduz na repetição freqüente da advertência de LOURENÇO-o-Magnífico: falar pouco do futuro.

O profetismo ficou sempre como uma ameaça latente, capaz de, a qualquer momento, explodir a partir da simples observação dos fatos. Mas o rolar dos tempos fez alterar muito a ótica do poder, em grande parte porque a multiplicação das dependências e das solidariedades, o alargamento dos espaços políticos e das suas conexões, a aceleração dos processos de mudança, tornaram impossível dominar, com os instrumentos correntes de govêrno, a massa dos fatos significativos ou relevantes que as decisões devem tomar em consideração.

Ao contrário da advertência feita ao frade, em 1962 o primeiro-ministro de França encarregou um grupo de trabalho, chamado “Grupo 1985”, “d’étudier sous l’angle des faits porteurs d’avenir, ce qu’il serait utile de connaître dès à présent de la France de 1985 pour étudier les orientations générales du V.^e Plan”.⁴ Alcançou o nível superior das administrações aquela preocupação que animou a associação “Futuribles”, e o pensamento que o famoso WELLS exprimia na respeitável Royal Institution, em 1902, ao pronunciar-se, êle, que também teve cheiro de profeta laico, sôbre o descobrimento do futuro.

Multiplicam-se os seminários e os encontros, ao mesmo tempo que, em todos os domínios da atividade, o plano e a previsão são dados indispensáveis do pensamento e da ação. O incansável BERTRAND DE JOUVENEL considerou indispensável completar a sua obra extensa e valiosa com um volume sôbre *L’Art de la conjecture*. Aqui mesmo, neste Instituto, pela voz autorizada de GILBERTO FREYRE, foi professado um curso que, recolhendo a expressão divulgada em 1949 por OSSIP FLECHTHEIM, foi chamado *Em tórno de uma possível futurologia* — e isto porque o futuro cada vez parece bater com mais força à porta da angústia dos homens, e das instituições. A antiga advertência de LOURENÇO parece ser agora substituída por uma necessidade de coopera-

⁴ *La documentation française*. Paris, 1964.

ção e auxílio que se multiplica em pedidos repetidos e instantes.

Dando-se conta desta mudança, disse HAUSER, em ensaio publicado no fim da última grande guerra, que a sociedade dirige instantemente às ciências sociais esta pergunta: *are the social sciences ready?*⁵ A pergunta ultrapassa certamente, no seu alcance, o conjunto de problemas que fundamentalmente se definiram em relação com a problemática da economia, e que JOUVENEL enumera: Qual será a população do país, ou mesmo do planêta, dentro de dez, quinze ou vinte e cinco anos; ou no final do século? Qual será a sua composição por classes de idade, qual a sua repartição em regiões, qual a sua concentração em aglomerações urbanas? Em que proporção aumentará a produção? Como se encontrarão modificadas a sua composição e utilizações? Quanto terá aumentado o consumo de energia, e sob que formas? E igualmente para as matérias-primas? E onde serão obtidos êstes recursos naturais? Com que modificações nas correntes comerciais?

EM QUE sentido deve ser então tomada esta pergunta fundamental de HAUSER e em relação a que problemática se inquire se as ciências sociais estão prontas para responder com a sua contribuição? Um primeiro sentido lida justamente com o perigo do profetismo, e traduz-se em estabelecer a distância intransponível que vai da ciência à ideologia, ou, dito por outras palavras, trata-se de saber se foi superado o utopismo, em qualquer das suas formas: o utopismo reformista, fãcilmente revolucionário, freqüentemente marxista; o utopismo normativista, sedento de normas, fascinado pela conceptualização, ambicioso de codificar, seguro de que no princípio de tudo estêve o regulamento; o utopismo imobilista, que confunde sempre o existente com o definitivo.

Tôdas estas formas de utopismo, e outras intermediárias que podem ser identificadas, somaram ao perigo do pro-

⁵ In COSTA PINTO, *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1963, pág. 29.

fetismo, vindo dos que procuraram estruturar as ciências sociais, a reação contra o desenvolvimento das ciências sociais, reação filiada mesmo no domínio dos interesses simplesmente acadêmicos e até puramente individuais. De modo que a primeira resposta a dar à pergunta, em face das circunstâncias, é que as ciências sociais não estão habilitadas a dar a contribuição que lhes é pedida e, muito principalmente, porque as estruturas da investigação e do ensino não foram definidas em termos apropriados: faltou na generalidade dos países, e inteiramente falta entre nós, uma política para as ciências sociais, sendo evidente em todo o caso a urgência de estabelecer uma política para a ciência que compreenda de maneira útil a programação das ciências sociais.

Foi o problema do desenvolvimento que permitiu encaminhar para a superação do utopismo, assim como foi a evidência da aceleração das modificações sociais que encaminhou para a morte do profetismo. Mas a concentração dos esforços na problemática do desenvolvimento econômico não permitiu compreender sempre que não se tratava de apenas fazer incursões ocasionais no domínio dos problemas sociológicos, porque ao contrário, e como disse recentemente PAULO VI, "o desenvolvimento não se identifica com o crescimento puramente econômico dos bens. Para ser autêntico deve também ser integral. Elevação das pessoas sob todos os aspectos, elevação universal de toda a humanidade, indivisível e harmônica, ordenada em todos os seus componentes, regida por um princípio unificador e guiada por uma intervenção racional e contínua da inteligência e da vontade";⁶ por outro lado, o problema da mudança acelerada tornou evidente que uma sociedade em rápido crescimento não pode confiar na improvisação para enfrentar os seus problemas.

Todavia, o "complexo de SAVONAROLA" implicou que as ciências sociais tivessem muitas vezes de progredir como que clandestinamente; e por outro lado que fôsse necessária a pressão de pontos críticos internacionais para que

⁶ Mensagem à X Assembléia Extraordinária da Conferência Episcopal Interamericana. Mar del Plata, 12 de outubro de 1966.

a urgência de uma superação da deficiente situação existente fôsse encarada.

Quanto ao primeiro aspecto, o do progresso clandestino das ciências sociais, recordemos a declaração feita alguns pelo Professor RADCLIFFE BROWN de que teve de inventar a expressão "Antropologia Social" para poder ensinar sociologia numa velha universidade inglesa;⁷ quanto ao segundo aspecto, e para me aproximar mais dos nossos interesses, recordarei a experiência da C.C.T.A., pondo-a em ligação com as atuais preocupações da O.C.D.E. neste domínio das relações entre as ciências sociais e a política dos governos. A êsses pontos críticos se deve principalmente, como foi notado, se tenha modificado em alguns lugares a situação que ROBERT LYND diagnosticou, em 1939, para as ciências sociais: "Lecturing on navigation while the ship is going down".⁸

A CONVERGÊNCIA de necessidades que toma expressão nessas manifestações internacionais que referimos pode ser reconduzida ao fato irrecusável de que, para além dos regimes políticos, e para além dos antagonismos de interesses dos poderes constituídos, há um domínio de angústia comum da humanidade que constitui o fulcro da autonomia e do universalismo das ciências sociais: êsse domínio é essencialmente preenchido, como geralmente se reconhece, pelos problemas suscitados pelas crises e revoluções contemporâneas, assim como pela evolução da ciências da natureza e suas técnicas. As inquietações que se manifestam de todos os quadrantes convergem para a definição de uma problemática a que nenhum utopismo pode dar resposta aceitável. Naturalmente as divergências serão sempre muitas no que respeita à parte mais nobre da ciência que se traduz na indicação de alternativas para melhorar a sorte das criaturas. Mas a tabela dos problemas das sociedades em mudança aparece como um precipitado comum das interrogações dirigi-

⁷ In COSTA PINTO, *Ob. cit.*, pág. 44, nota 18.

⁸ ROBERT LYND, *Knowledge for what?*, 1944, pág. 3; L. A. COSTA PINTO e EDISON CARNEIRO, *As Ciências Sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, C.A.P.E.S., 1955.

das ao mundo e à vida pelas mais diversas atitudes, religiosas, racionalistas, marxistas, existencialistas.⁹ Em face das transformações que testemunhamos, até pôde notar-se que os temas da subjetividade, da solidão, do desespero, do nada, da ambigüidade, já não são problemas de um ou de cada homem, são problemas do gênero humano estarrecido com o poder que alcançou, só ultrapassado pela sua ignorância. Escreveu SARTRE: "a humanidade inteira, se continuar a viver, não será simplesmente porque nasceu, mas porque terá decidido prolongar a sua vida. Não mais existe espécie humana. A comunidade que se fez guardiã da bomba atômica está acima do reino natural, porque é responsável pela sua vida e morte; cada dia, cada minuto, será necessário que consinta em viver";¹⁰ por seu lado, GABRIEL MARCEL escreveu que "os homens acham-se em presença de um fato que não poderia ser imaginado no início deste século: sabem que têm o poder de destruir o Universo": e finalmente CHARDIN escreveu que "com a invenção, ontem, da estrada de ferro, do automóvel, do avião, a influência física de cada homem, limitada antes a alguns quilômetros, estende-se agora a centenas de léguas. Mais ainda: graças ao prodigioso acontecimento biológico representado pela descoberta das ondas electromagnéticas, cada indivíduo se acha daqui em diante, ativa e passivamente, simultâneamente presente à totalidade do mar e dos Continentes, co-extensivo à Terra".¹¹ Os homens e os grupos intermédios são participantes de todos os conflitos da Terra, respondem objetivamente pelos antagonismos, por todos os antagonismos do passado, são todos e cada um colaboradores, ainda que inconscientes, na definição do futuro. Tudo o que existiu ou existe é participante, e, em raros momentos de medita-

⁹ DIDIER LAZARD (e outros), in *Teilhard de Chardin e a Convergência das Civilizações e das Ciências*, Lisboa, I.S.C.S.P.U., 1964; ANDRÉ LIGNEUL (e outros), in *Teilhard de Chardin et l'unité du genre humain*, Lisboa, I.S.C.S.P.U., 1965.

¹⁰ *Les Temps modernes*, n.º 1.

¹¹ *La phénomène humain*, pág. 266. Em relação com este irrecusável fenómeno, ver ROGER GARAUDY, *Perspectives de l'Homme*, Paris, 1966, para a visão marxista do apaziguamento ideológico; os trabalhos de GALBRAITH, para o ponto de vista das democracias estabilizadas. Temos contrariado a exatidão da tese, em trabalhos publicados.

ção comum, os governos vão exprimindo uma problemática que é a melhor definição do campo de autonomia das ciências sociais.

Porque foi o fenômeno das estruturas sociais em processo de mudança que fundamentalmente contribuiu para a atualidade das ciências sociais, não é de estranhar que as sociedades sujeitas a um processo de colonização levassem à definição de uma tábua de problemas que exprimiam o ponto crítico que antecedeu a atual crise dessas regiões.

No que respeita à África, essa problemática foi enunciada na I Reunião da Conferência Interafricana das Ciências Humanas da C.C.T.A., realizada em Bukavu, em setembro de 1955. É importante reler hoje, depois de tôdas as tragédias que afetaram aquêle Continente, a lista dos participantes nessa conferência. Muitos dos nomes venerados no domínio das ciências sociais se encontram ali. Estavam muitos deles conscientes das ameaças que pairavam sôbre aquela mal-afortunada parte do Globo. Pois a tabela das suas recomendações é sobretudo impressionante, não pelo programa de trabalhos que define, mas pelo que êsse programa de trabalhos revela de ignorância a respeito do Continente africano. Em vésperas de uma das maiores convulsões de todos os tempos, o que não se sabia era sem medida: cartas da densidade e distribuição da população na África do sul do Saara; cartas de tipos agrários; recenseamentos; o urbanismo; as economias de subsistência; rendimentos, despesas e consumos; contabilidade nacional; estudos analíticos do desenvolvimento econômico; troca de informações; grupos étnicos vivendo na proximidade das fronteiras políticas; publicação de trabalhos de etnologia, sociologia e história; estudos históricos dos povos africanos; preservação dos materiais históricos relativos à vida tribal; monografias tribais; estudo das migrações interterritoriais; estudos sôbre as comunidades extra-africanas; metodologia dos inquéritos urbanos; estudos regionais das zonas afetadas pelos grandes projetos hidrelétricos; recrutamento de investigadores no domínio das ciências humanas; conservação dos arquivos e dos documentos históricos; estudos interterritoriais determinados designadamente pelos Kissa, povos de língua Gur, de

língua Akan, de língua Mande, dos Backwesi, dos indianos da África Oriental, da penetração árabe, dos Ngoni, das populações ribeirinhas da África Oriental, das migrações dos Galla, das rotas comerciais da África Central, do movimento Zimbo, da antropologia física, da psicologia, da nutrição, da lingüística, dos métodos de administração, das artes, da tecnologia, etc.

Pelo que nos respeita, só com as maiores dificuldades, muitas vezes também quase clandestinamente, foi possível abrir caminho contra o utopismo, sobretudo normativista, que tenazmente não permitiu o desenvolvimento indispensável dos estudos, nem a sua estruturação conveniente. A Junta de Investigações do Ultramar cobriu quase tudo o que estava ao seu alcance, mas o ensino e a investigação universitários de modo nenhum acompanharam, na sua estrutura, as exigências que pelo menos desde então eram evidentes e iniludíveis. Deu-se mesmo um fenômeno que não pode deixar de ser sublinhado: é que sendo ultramarina a grande massa dos nossos problemas do fôro das ciências sociais, sendo aí que, devendo evidenciar-se a escola de geografia da nossa Faculdade de Letras de Lisboa, se ganhou experiência, se adestraram métodos, se revelaram pesquisadores de reputação internacional, vemos todavia aparecer pequenas experiências, nascer projetos, anunciar tentativas, que, pelo menos na sua expressão conhecida, não parecem considerar possível abranger o problema dentro de um critério de unidade nacional.

Não se trata, note-se bem, de contrariar a descentralização dos centros de pesquisa, ou de não reconhecer a necessidade de aproveitar hábitos estabelecidos e salvaguardar interesses particulares que encaminham para soluções peculiares. Mas insiste-se em que a falta de dimensão nacional das instituições básicas, a persistência em tentar projetos geralmente condicionados pelas oportunidades de obter meios, é exatamente o contrário do que é aconselhável e útil dentro do panorama de carências em que nos movimentamos. Uma orientação geral parece absolutamente inadiável. Enquanto essa orientação faltar, as nossas escolas, e muito principalmente as da Universidade Técnica, sentem, cada uma no seu

setor, a necessidade de uma formação complementar no domínio das ciências sociais, a qual formação, na ausência de uma política, se vai casuisticamente procurando.

A inquietação revelada por essa busca de soluções é a expressão regional da inquietação que tomou expressão no documento emitido pela Comissão Consultiva para as Ciências Humanas, da O.C.D.E. Bastará transcrever o seguinte pequeno trecho: "O problema não é simplesmente de permitir aos homens adaptarem-se às condições novas, mas ajudá-los a compreender uma sociedade de uma complexidade crescente e a encontrar o seu caminho nas suas normas e suas instituições. De todos os lados, toma-se consciência da distância que não cessa de aumentar entre os meios técnicos das sociedades modernas, o poder do homem sobre a natureza, as suas criações no domínio da matéria, e as novas estruturas nas quais lhe é necessário reaprender a viver, as novas necessidades, as novas aspirações e os novos valores que se manifestam. A investigação nas ciências da natureza está em avanço sobre a possibilidade do nosso tempo. No domínio social, pelo contrário, não somente a tecnologia social está atrasada, mas também e sobretudo a investigação".¹²

Apenas por lembrança, recordarei, com muitos, que, sem que lhes sejam privativas, são muito evidentes nos domínios das ciências sociais estas dificuldades: falta de recursos, deficiente definição de objetivos, falta de pessoal especializado, falta de definição de uma carreira de investigador, falta de representação apropriada nos órgãos consultivos ou decisórios, falta de um estatuto profissional, etc. Estas carências não podem deixar de ser tomadas em conta, ao lado de muitas outras, quando se procurar definir outra coisa que falta e é urgente: uma política para a ciência, geral e neste domínio particular. É a primeira coisa que nos ocorre, ao examinar algumas das experiências em curso ou anunciadas, e na esperança de que esta não seja considerada uma afirmação muito ousada, é que a educação nacional deveria ser matéria do Ministério da Educação Nacional. Isto, em primeiro lugar, no

¹² O.C.D.E., Conférence Ministérielle sur la science, *Les sciences sociales et la politique des gouvernements*, Paris, 1966.

que respeita aos territórios metropolitanos. Bem sabemos que a vida só ganha em enriquecimento com novas experiências, mas supomos que não há vantagem em repetir os mesmos erros, embora possa haver alguma em cometer erros novos. Ora, a nossa Universidade Técnica já nasceu como remédio para uma experiência suficientemente variada e para a qual não se encontrou outra solução que não fôsse a integração das escolas, que nasceram à revelia do Ministério da Educação, no âmbito da competência dêste Ministério.

Sendo esta a experiência do passado, foi pena que a nossa deficiência de estrutura administrativa não tivesse permitido aconselhar outros departamentos ministeriais no sentido de evitarem interferir neste domínio, pelo mesmo caminho que no passado se viu ser errado, não contribuindo para agravar um problema em que nos defrontamos com freqüente recusa de meios materiais em nome de evidentes dificuldades, e onde se manifesta agudamente uma carência de pessoal competente que nenhum utopismo normativista pode fazer multiplicar.

ESTA observação, relativa à competência neste domínio, aconselha ainda que se chame a atenção, de todos os que possam ou devam cooperar na busca de soluções, para alguns dados que supomos merecerem ponderação. São dados que dizem respeito, uns, à problemática da administração e, outros, à definição dos objetivos que devam incumbir às ciências sociais neste país. Nos países de economia industrializada, os recursos destinados à investigação e ao desenvolvimento variam entre 1% e 3% do produto nacional, com tendência para rápida expansão. Salvo talvez no que respeita aos Estados Unidos, Holanda, Suécia e Iugoslávia, a parte consagrada às ciências sociais é modesta em relação ao dispêndio com as ciências da natureza, um sorvedouro em vista das exigências dos setores militares, nuclear e espacial.¹³ Ora, a investigação científica, no domínio das ciências sociais, como tem sido dito, é uma tarefa cara, pelo número de participantes, pela duração dos inquéritos, pela

¹³ O.C.D.E., *Ob. cit.*

concorrência de especialidades, pelo equipamento, pela demora e minúcia de análise, pela dispersão dos lugares e das experiências, e, antes de tudo, pelo custo e demora na formação dos especialistas.¹⁴

Isto são tudo já razões que encaminham no sentido de contrariar tôda a dispersão num país onde, mais do que em muitos outros, o apoio das atividades científicas não pode dispensar o orçamento do Estado. Não obstante a crescente compreensão das atividades privadas, e o apoio que a própria Universidade procura e vai recebendo em setores limitados, de todo nos faltam as grandes iniciativas privadas no domínio da investigação fundamental ou aplicada. O orçamento do Estado é a fonte das receitas possíveis e necessárias a que antes de mais terá de recorrer-se. Isto significa, naturalmente, dependência financeira, que pode não ficar por êsse domínio. Mas, por outro lado, se tôda a investigação e ensino se pretendem independentes das contingências e acidentes do poder, é patente que no domínio das ciências sociais, tôdas lidando mais ou menos intensamente com os problemas das estruturas em processo de mudança, a independência necessita de ser preservada contra conveniências ocasionais. Dentro da fragilidade das coisas humanas, só a exclusiva competência do Ministério da Educação Nacional, em vista da composição das instâncias de consultas e de orientação superior, onde predominam os professôres, oferece a garantia possível, e só a integração universitária aparece como uma defesa aceitável.

É com a maior apreensão, e diga-se apenas como exemplo, que vemos anunciar, dentro do problema geral das ciências e técnicas da informação, uma orientação que parece pretender organizar o ensino na dependência de serviços exclusivamente definidos para enfrentar a política do quotidiano. Recordemos, designadamente com a O.C.D.E., que as ciências sociais lidam necessariamente com os problemas de mudança social, a curto ou largo têrmo, com as resistências à mudança, com a definição das altas políticas, com os problemas suscitados pela execução de uma política

¹⁴ Idem.

concreta, e que tudo isto implica cada vez mais com as ciências e técnicas da informação. É difícil admitir que a integridade intelectual dos professores, diplomados, investigadores e profissionais possa ser tão preservada quanto o seria dentro dos quadros universitários e na dependência dos órgãos da educação nacional. Por coincidência, trata-se de um domínio onde êsses órgãos já tomaram posição há anos, sendo muito de desejar que o projeto elaborado pelas autoridades educacionais competentes nos possa evitar mais êste possível desvio das soluções aconselháveis.

Não são, porém, apenas razões evidentes de administração, e motivos mais importantes relacionados com a integridade intelectual e moral de professores, alunos, diplomados e investigadores, que recomendam a consideração unitária do problema das ciências sociais. É ainda a impossibilidade de por um lado sustentar uma política global de desenvolvimento e por outro lado fracionar em dependências múltiplas a investigação e o ensino, que são aspectos inseparáveis do processo global do desenvolvimento. No fundo, e para evitar mais longos comentários, trata-se realmente e apenas de um aspecto importante de um problema geral: a necessidade em que estamos, por motivos administrativos, financeiros, pedagógicos, técnicos, éticos e nacionais, de ter uma definida política para a ciência sob a responsabilidade de uma autoridade que deve ser, como se vai geralmente recomendando e fazendo pelo mundo, um Ministério da Ciência e da Educação. Não parece servir da melhor maneira os nossos interesses, nem corresponder às nossas possibilidades, a dispersão que se verifica em todos os domínios e que ocasionalmente é apontada. Dizendo isto, não queremos deixar de sublinhar que, ao considerar menos útil essa dispersão, temos ainda em vista o que se verifica entre órgãos metropolitanos e ultramarinos. Ao lado da defesa nacional, dos negócios estrangeiros, da justiça, das comunicações, pelo menos, a ciência e a educação, para além de tôdas as divergências possíveis sobre o alcance das autonomias administrativas, são um domínio que interessa fundamentalmente à unidade nacional e que exige uma direção unitária. Neste sentido se inscreve a fórmula adotada, em 1962, para o esta-

belecimento dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique, com o apoio unânime da Junta Nacional da Educação, e que implicou a transformação do ensino superior num serviço nacional.

PARA além destas considerações, seria ainda oportuno dizer algumas palavras sobre a articulação dos meios existentes, o preenchimento das lacunas no campo da formação profissional, a racionalização da formação sociológica que as escolas da Universidade Técnica mostram sentir, a definição de uma formação complementar em ciências sociais que seja o ponto de convergência das implicações cada vez mais evidentes entre todos os domínios do saber que interessam ao desenvolvimento. Mas parece-nos suficientes, nesta ocasião, vincar, a partir da situação paradigmática das ciências sociais, a necessidade de termos uma política nacional para as ciências, o que parece exigir a criação de um Ministério da Ciência e Educação, e pressupor uma integração universitária cada vez mais perfeita para a salvaguarda de valores fundamentais.

Sabemos perfeitamente que tudo isto não pode deixar de exigir um longo e difícil trabalho de reconhecimento dos interesses existentes, de captação e convencimento, de coordenação e redefinição. Mas talvez se pudesse entretanto fazer caminhar algumas medidas setoriais, que não digam respeito a domínios ocupados ainda que mal, designadamente no campo da cultura e técnica da informação e das relações internacionais. Os projetos esperam. A espera conta-se por anos. Ora, é provavelmente lícito que cada um perca o seu tempo, mesmo quando poderia ser útilmente despendido para benefício geral: mas pode seriamente duvidar-se de que seja legítimo perder o tempo dos outros. É isto porque o tempo dos outros é o futuro de todos.